

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO FENÓMENO DOS SEM-ABRIGO

THE CENTRALITY OF WORK IN HOMELESSNESS

João Aldeiaⁱ

RESUMO

Os indivíduos sem-abrigo são frequentemente rotulados como «preguiçosos e amorais», apoiando-se esta classificação na sua suposta rejeição do trabalho. A empiria desmente esta representação, mostrando que o trabalho é uma relação desejada por quem vive na rua e, sobretudo, que funciona como um mecanismo de construção identitária positiva que permite um afastamento relativo dos rótulos de «preguiça e amoralidade». É observável, porém, em alguns indivíduos sem-abrigo, uma efectiva rejeição de um tipo de trabalho concreto, mal remunerado, temporário e estatutariamente desvalorizado. É fundamental, contudo, distinguir entre a representação espúria de uma rejeição do trabalho em geral e estas ocorrências de rejeição deste tipo particular de trabalho, que, por experiência própria, quem vive na rua sabe que não lhe permitirá aumentar o seu bem-estar. Com propósito ilustrativo, a discussão é ancorada, no final do texto, na relação longitudinal de um indivíduo sem-abrigo com o trabalho, interpretada com exemplar do fenómeno dos sem-abrigo.

Palavras-Chave: fenómeno dos sem-abrigo – identidade – rótulos de «preguiça e amoralidade» – trabalho.

ABSTRACT

Homeless individuals are frequently labelled as «lazy and amoral». This classification is based on their supposed rejection of work. Empirical reality denies this representation showing that work is a relation desired by those who live on the street and, above all, that it functions as a mechanism of positive identity construction that allows a relative distancing from labels of «laziness and amorality». It can be observed, however, an effective rejection by some homeless individuals of a concrete kind of work, underpaid, temporary and disqualified. It is nevertheless fundamental to distinguish between a false rejection of work in general and rejections of this particular kind of work that, from experience, those who live on the street know that will not increase their wellbeing. For illustration purposes, the discussion is grounded, at the end of the article, on the longitudinal relation with work of a homeless individual, interpreted as exemplar of homelessness.

Keywords: homelessness – identity – labels of «laziness and amorality» – work.

1 INTRODUÇÃO

É frequente que quem vive na rua seja representado como «amoral e preguiçoso». Este rótulo apoia-se, em grande medida numa suposta rejeição do trabalho pelos indivíduos sem-abrigo. A matriz sócio-genética desta representação encontra-se na dicotomia «bom pobre/mau pobre». Apesar da classificação dos sujeitos numa das categorias resultar do cruzamento de diversas percepções exógenas sobre as suas formas de vida – consumos de álcool e/ou drogas ilegais, relação com a sexualidade, higiene, etc. –, é inegável o peso que tem neste processo a relação dos indivíduos pobres com o trabalho. Os «maus pobres», construídos como amorais (quando não como imorais), e logo, não merecedores de respeito ou possuidores de um direito de apoio incondicional garantido pela colectividade em que residem, são-no, em grande medida, devido à representação de uma sua suposta rejeição da ética de trabalho. Esta sobreposição da relação dos sujeitos com o mundo do trabalho e da sua (i/a)moralidade ganha particular relevo quando a ética de trabalho se torna num dos fundamentos representacionais centrais da modernidade ocidental capitalista – operando dentro de um esquema narrativo dominante que obscurece as dimensões estruturais da relação dos sujeitos com o mundo do trabalho através de uma leitura voluntarista do acto de trabalhar ou não.ⁱⁱ

Não é este texto o local para discutir a dúbia posição política que faz derivar a moralidade dos sujeitos pobres – e os seus direitos, incluindo o direito a ser apoiado e respeitado pela colectividade em que vivem – da sua relação com o trabalho. O propósito do artigo é o de demonstrar que esta representação da rejeição do trabalho, e logo, da normatividade dominante, não é suportada pela empiria do fenómeno dos sem-abrigo. Vários indivíduos sem-abrigo trabalham e a maioria deles trabalhou durante vários anos antes de chegar à rua, ainda que tal tenha ocorrido, sobretudo, em empregos mal remunerados e estatutariamente desvalorizados. A entrada na categoria

«sem-abrigo» aumenta ainda mais a dificuldade dos indivíduos em acederem a outro tipo de trabalho, forçando-os a procurar estratégias de sobrevivência alternativas às que se obtêm pelo mercado de trabalho formal. Todavia, o trabalho desempenhado no presente ou no passado permanece fundamental para a criação de identidade de quem vive na rua, funcionando como um mecanismo que permite a estes sujeitos auto-representarem-se de um modo positivo, afastando-se relativamente dos rótulos de «preguiça e amoralidade» que lhes são atribuídos quando são classificados como pertencendo à categoria «sem-abrigo». A par disto, é, todavia, observável um comportamento de efetiva rejeição de uma forma concreta de trabalho em alguns indivíduos sem-abrigo. Porém, ao contrário do que vários discursos correntes veiculam, tal está longe de se tratar de uma rejeição do trabalho em geral. Pelo contrário, o que está em causa nestes comportamentos de alguns indivíduos é uma rejeição de um tipo particular de relação com o mundo do trabalho, construída pela acumulação de experiências práticas que lhes mostram que o tipo de trabalho que lhes é disponibilizado não lhes possibilita sair da rua nem sequer se apresenta como uma estratégia de sobrevivência quotidiana facilmente conciliável com a vida na rua.

Começo o texto discutindo a importância do trabalho para quem vive na rua, realçando a possibilidade destes sujeitos construírem identidades positivas, capazes de combater parcialmente o estigma e a desqualificação de ser «sem-abrigo», pelo trabalho que realizam ou realizaram. Na secção seguinte, procedo a uma reflexão sobre rejeição de alguns indivíduos sem-abrigo de um tipo concreto de trabalho, temporário, mal remunerado, desvalorizado, que, por experiência própria, sabem não lhes permitir melhorar substancialmente as suas vidas. Na última secção do texto, apresento como exemplo do que foi discutido a relação de Ruiⁱⁱⁱ, um indivíduo sem-abrigo, com o trabalho, com base na sua história de vida, produzida entre dezembro de 2010 de julho de 2011, no âmbito de uma observação direta mais alargada (ALDEIA, 2011). Este procedimento metodológico não permite induzir dados do caso estudado para o fenómeno dos sem-abrigo em geral. Porém, os dados empíricos não são apresentados com o propósito de

generalizar mas, antes, de ilustrar. Seguindo a posição defendida por Machado Pais:

ao estudar-se um caso, o objectivo não é o de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso não pode nunca representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir (2003, p. 109).

Assim sendo, metodologicamente, o caso tem valor por si mesmo e tem-no na medida exata em que não se afirma como representativo do fenómeno em que se insere mas sim como exemplar. Sendo exemplar, ele não é idiossincrático: a vida de Rui apresenta semelhanças com outras vidas, e estas parecenças não devem ser subvalorizadas.

2 UMA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA POSITIVA PELO TRABALHO

A relação dos indivíduos sem-abrigo com o trabalho é crucial para a sua construção identitária (SNOW e ANDERSON, 1993; GARNIER-MULLER, 2000; GOWAN, 2000; GOWAN, 2010; ALDEIA, 2011). Trabalhar, seja no mercado de trabalho regular ou noutra atividade, permite que estes sujeitos se autorrepresentem como merecedores de melhores condições de vida do que as que conhecem e como seres humanos dignos e morais. Se os discursos dominantes retratam os «sem-abrigo» como indivíduos que rejeitam as normas da sociedade domiciliada, nomeadamente o valor da ética do trabalho, então, desempenhar uma atividade que possa ser assumida como trabalho é uma condição imprescindível para que quem vive na rua não incorpore essa representação e a possa criticar. Estar na rua mas trabalhar apesar disso é um comprovativo moral de dignidade que valoriza os sujeitos enquanto seres humanos. É um argumento fundamental para a rejeição relativa do estigma de ser «sem-abrigo».

Trabalhar é um ato que permite a quem é colocado na categoria «sem-abrigo» afastar-se relativamente dela e da «preguiça e amoralidade» que lhe estão, muitas vezes, representacionalmente associadas (GOWAN, 2000, 2010). O desempenho de uma atividade que possa ser apresentada

publicamente como trabalho possibilita a quem vive na rua afastar-se de outros rótulos geralmente atribuídos aos indivíduos sem-abrigo: os «mendigos que só querem viver da caridade alheia», os «toxicodependentes que só procuram a próxima dose», os «alcoólicos que não se relacionam com ninguém». Quem vive na rua procura no trabalho uma atividade que lhe permita preencher o seu tempo, ganhar algum dinheiro, afastar-se relativamente da necessidade do contacto com a assistência para poder sobreviver. O trabalho apresenta-se como uma fonte de dignificação e rendimento – ou de dignificação pela atividade que, adicionalmente, traz rendimento – que permita combater uma identidade desqualificada enquanto «assistido» (PAUGAM, 2003), associada a quem vive exclusivamente de (parcas) transferências estatais e da caridade.

A chegada e permanência na vida na rua é explicável pela interpenetração de uma série de processos de desafiliação, que levam à reconfiguração de diferentes tipos de laços sociais que ligavam os indivíduos sem-abrigo a outros indivíduos e instituições domiciliadas, reduzindo a proteção e o reconhecimento que esses laços garantiam aos sujeitos (ALDEIA, 2011). Na rua, o trabalho apresenta-se como um fator de reafiliação (DAMON, 2008; ALDEIA, 2011) e de contra-afiliação (BACQUÉ e SINTOMER, 2001) que permite que este enfraquecimento dos laços não resulte na localização dos sujeitos num qualquer «limbo social».iv Por um lado, se várias das anteriores relações que os indivíduos sem-abrigo experienciavam terminaram, viram a sua intensidade drasticamente reduzida ou alteraram a sua forma de modo substancial, o trabalho permite a constituição de novos laços (GOWAN, 2000, 2010). Por outro lado, graças ao trabalho, mantém-se alguma ligação – ainda que ténue – à sociedade domiciliada: um fenómeno de afiliação por mediação, em que os indivíduos permanecem ligados à sociedade domiciliada pela atividade que desempenham e que podem representar com útil. Este sentimento de que a rutura não é completa provém da *praxis* do trabalho mas também da possibilidade de incorporação de valores: trabalhar e valorizar o trabalho é aceitar um código normativo assente na ética de trabalho,

representacionalmente associado à sociedade domiciliada e não à vida na rua; é estar na rua mas continuar a pensar o mundo e a agir sobre ele segundo um quadro cognitivo que tem os seus referenciais fora da rua.

Trabalhar é ainda mais do que isto: é um modo de autopreservação do sujeito que lhe permitir observar a sua própria situação dominada como fundamentalmente injusta. Trabalhar e atribuir importância a esse ato possibilita a rejeição dos rótulos de «preguiça e amoralidade». É uma forma de autorrepresentar o facto de se viver na rua como fruto de injustiças estruturais que não permitem a todos os indivíduos manter uma casa mesmo que estes respeitem a normatividade dominante (GOWAN, 2000, 2010).

Se o trabalho é valorizado no presente, é-o também ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos. «Trabalhei durante vários anos, pelo que se não trabalho agora é porque não me dão condições para isso». A maioria dos indivíduos sem-abrigo trabalhou no seu passado anterior à rua, ainda que o tenha feito em empregos precários, mal remunerados, estatutariamente desvalorizados e negativamente representados ou temporários (SNOW e ANDERSON, 1993; GARNIER-MULLER, 2000; MEERT *et al.*, 2003; THELEN, 2006; MENEZES, 2008; ALDEIA, 2011). Nos casos em que os indivíduos trabalharam vários anos na mesma profissão, mesmo não conseguindo obter emprego quando se encontram em situação de sem-abrigo, a sua identidade continua marcada pelo trabalho que realizaram. Muitos destes indivíduos hoje «inempregáveis» continuam a desejar trabalhar (SNOW e ANDERSON, 1993; MURDOCH *et al.*, 1996; GARNIER-MULLER, 2000; GOWAN, 2000; THELEN, 2006; GOWAN, 2010; ALDEIA, 2011).

Dado que, mesmo antes da sua chegada à rua, a possibilidade de trabalhar para estes indivíduos se reduzia, em grande medida, a «subempregos», as suas possibilidades de acederem a empregos estáveis e bem remunerados, que, sobretudo, lhes permitam sair da rua, são muito reduzidas ou mesmo nulas. A chegada à rua – o ato de fazer parte da categoria de «sem-abrigo» – perpetua e agrava a «inempregabilidade dos subempregados crónicos» (SNOW e ANDERSON, 1993; GARNIER-

MULLER, 2000; GOWAN, 2000; THELEN, 2006; GOWAN, 2010; ALDEIA, 2011). Como Thelen observa,

muitos sem-abrigo portugueses têm um trabalho, mesmo se esse trabalho é, na maioria das vezes, mal remunerado e se eles o abandonam, em geral, bastante rápido, até que encontrarem um outro [trabalho]... equivalente. De facto, não tendo muitas vezes qualificações (...) e não grande motivação para trabalhar dado o pouco interesse que o trabalho suscita e o baixo salário que obtêm em contrapartida, os sem-abrigo mudam frequentemente de emprego. Esse trabalho consiste geralmente em ser empregado de mesa ou a trabalhar como servente de pedreiro – muitas vezes de forma clandestina – o que coloca outros problemas bem mais graves quando ocorre um acidente de trabalho (...). A título de exemplo, o centro de acolhimento da Porta Amiga (...) situado em Olaias – um bairro extremamente desfavorecido no leste de Lisboa – está enclavado no meio de um conjunto de imóveis de renda controlada [*HLM – habitation à loyer modéré*] em construção. Podemos, portanto, aí observar em toda a tranquilidade, as condições de trabalho dominantes nesses locais [*chantiers*]. É estupefaciente ver a que ponto os operários nos andaimes estão expostos e não beneficiam de nenhum sistema de proteção para além da sua habilidade própria. Foi-me contado pelos membros do pessoal do centro que, regularmente, acontecem acidentes, tendo causado, no mês anterior a este relatório [*compte rendu*], a morte de um homem (2006, pp. 138-139).^v

3 A REJEIÇÃO DE UM TIPO CONCRETO DE TRABALHO

O trabalho é importante para quem vive na rua e isto é fundamental para a compreensão do fenómeno dos sem-abrigo. Porém, esta constatação deve ser observada de forma integrada com um outro nível relacional destes sujeitos com o mercado laboral: a efetiva rejeição do trabalho que algumas dos atores que vivem na rua veiculam nas suas narrativas e, sobretudo, nas suas práticas. Esta rejeição coexiste com a importância do trabalho enquanto fonte de rendimento e de identidade. Todavia, para que não veiculemos a errada noção de que os indivíduos sem-abrigo não trabalham porque não querem, devemos antes procurar compreender os motivos que levam alguns destes sujeitos a rejeitar o trabalho e a forma que essa rejeição assume. Para entender esta questão, é forçoso entender que tipo de trabalho está a ser rejeitado. Como foi referido, os únicos empregos ao dispor de quem vive na rua são mal remunerados,

precários, sem benefícios, temporários, em profissões desvalorizadas e com um estatuto negativo associado. Uma tal relação com o mundo do trabalho não permite aos indivíduos sem-abrigo sair da rua mas funciona somente como parte de estratégias para nela sobreviver.

A frágil ligação ao mercado de trabalho regular e a impossibilidade de aceder a uma casa através deste tipo de trabalho, bem como a consciência de que a rejeição de uma oferta de trabalho deste género será seguida, provavelmente, de uma nova proposta semelhante, não incentiva quem vive na rua a trabalhar no mercado regular (SNOW e ANDERSON, 1993). Não é a «preguiça» que leva a que os indivíduos sem-abrigo possam rejeitar um trabalho regular e digno: este não está disponível a quem vive na rua. O trabalho a que podem aceder não lhes permite *de per se* sobreviver materialmente, e quem vive na rua sabe-o por experiência própria, incentivando estes sujeitos a procurar estratégias de sobrevivência alternativas, melhor adaptadas à vida na rua.^{vi} Na rua, ocorre algo semelhante ao que Liebow (2003) observou no caso dos *streetcorner men*: uma proposta de trabalho é rejeitada devido à experiência acumulada de aceitação de propostas semelhantes que em nada melhoraram as condições de vida dos sujeitos. Este argumento força-nos a admitir que “os conceitos de emprego e desemprego, tal como têm sido entendidos, se manifestam desajustados em relação à realidade” (PAIS, 2003, p. 15). Não é de trabalho no abstrato que os indivíduos sem-abrigo necessitam, nem é este que eles recusam. Ao declinar uma oferta *deste tipo de trabalho*, o que os indivíduos sem-abrigo estão na realidade a fazer é afirmar o seu profundo cansaço perante as dramáticas condições de vida que a sociedade os obriga a terem; é um ato de recusa, não do trabalho em si, mas de tudo o que está associado à oferta de uma forma particular de trabalho.

Há ainda uma dimensão institucional a ter em conta: no fenómeno dos sem-abrigo, a lógica circular «*no home, no job; no job, no home*» é fundamental para entender a relação dos indivíduos sem-abrigo com o mercado de trabalho regular (SNOW e ANDERSON, 1993; MURDOCH *et al.*, 1996; GARNIER-MULLER, 2000). Segundo Murdoch *et al.*,

num mercado competitivo, os empregadores estão, muitas vezes, relutantes em oferecer trabalho a pessoas que não têm uma morada permanente. Do lado de quem procura trabalho, a falta de uma casa provavelmente significa que se está cansado, de má saúde e mal vestido. É compreensivelmente difícil aparecer pontualmente e bem arranjado para uma entrevista (1996, p. 15).

Não ter domicílio leva que se seja forçado a pernoitar em espaços públicos ou em instituições. A ausência de uma casa dificulta a manutenção da higiene pessoal; pode implicar que os sujeitos tenham dificuldade em se adequar às normas estéticas ou odoríficas da sociedade domiciliada. Torna também mais custoso cumprir horários de trabalho, dado que os horários da vida de rua nem sempre se compatibilizam com os primeiros: passar uma noite – ou uma série delas – mal dormida devido ao frio, ao desconforto e ao receio de se ser agredido, leva a que seja complicado acordar cedo todas as manhãs com a energia necessária ao desempenho de uma atividade profissional. Mais ainda se tivermos em conta que os únicos empregos acessíveis a quem vive na rua exigem, geralmente, uma condição física saudável e descansada (e.g., construção civil). Ora, a rua é propícia ao desenvolvimento de problemas de saúde vários, que não só se refletem no aspeto físico dos sujeitos – diminuindo a sua empregabilidade ainda mais – como também tornam incapazes de trabalhar muitos indivíduos em idade ativa.

Ser forçado a dormir em espaços públicos implica também, por vezes, que não haja uma morada oficial, necessária para o recebimento de correspondência de uma eventual entidade empregadora. Por vezes, as instituições assistencialistas permitem aos indivíduos sem-abrigo usar a sua morada para receber esta correspondência, mas, quando não há contacto com a assistência, não há também uma caixa de correio disponível. Apresentar-se numa entrevista de emprego sem poder dar um contacto residencial à eventual entidade empregadora reduz as possibilidades de se ficar com o trabalho disponível, para além de não dar aos indivíduos nesta situação hipótese de se apresentarem como outra coisa que não seja «sem-abrigo», apelando à representação do fenómeno do possível empregador,

provavelmente construída a partir das representações dominantes que associam o facto de viver na rua aos rótulos de «preguiça e amoralidade».

A probabilidade de se ser visto «mau trabalhador» por se apresentar como «sem-abrigo» não pode ser ignorada, mas, mesmo que tal não ocorra, os constrangimentos práticos podem levar a que o potencial empregador rejeite empregar o indivíduo: não sabe onde dorme, logo não sabe se chegará a horas ao local de trabalho; não tem uma residência onde o possa encontrar nem, eventualmente, um telefone para onde o contactar caso seja necessário. Tudo isto leva que os sujeitos sem-abrigo não obtenham emprego, tendo a consequência imediata de não conseguirem um rendimento estável que lhes permita sobreviver e sair da rua. Sem o ter, o acesso à habitação continua a ser-lhes vedado, e o círculo tende a reproduzir-se *ad eternum*.

Todavia, alguns indivíduos sem-abrigo pernoitam em instituições assistencialistas (abrigos noturnos e outros centros de pernoita) e não em espaços públicos, pelo que parte destes problemas podem desaparecer. Porém, o modo de funcionamento destas instituições é também dificultador do acesso dos indivíduos sem-abrigo ao mercado laboral. A ansiedade não diminui obrigatoriamente com a saída da rua para um destes espaços, nem as noites passam a ser melhor dormidas ou em maior segurança. Os riscos de agressão, a falta de privacidade e de liberdade são grandes nos abrigos e centros de acolhimento, e quem lá dorme sente-o na pele (SNOW e ANDERSON, 1993; PICHON, 1996; PICHON, 2002; THELEN, 2006; LYON-CALLO, 2008; LEBLEUX, 2009; GOWAN, 2010). Procurar trabalho dormindo num espaço com estas características não é forçosamente mais fácil do que pernoitando na rua. Os horários rígidos destas instituições podem não permitir a um indivíduo sem-abrigo empregar-se se o facto de trabalhar o fizer chegar ao centro de acolhimento após o horário de fecho, sendo forçado a ficar na rua. Neste caso, ele regressaria à situação de pernoita em espaços públicos, com os problemas a ela associados que foram mencionados.

A assistência parece só possibilitar aos sujeitos que com ela contactam para dormir o desempenho de atividades também elas

organizadas pela própria assistência, ainda que, muitas vezes, realizadas em outros serviços – complementares dos locais de acolhimento para pernoita. A única hipótese que a assistência disponibiliza para a sobrevivência de quem vive na rua é o cumprimento de todos os planos individuais de ação desenvolvidos *na* e *pela* própria assistência. Deste modo, o seu funcionamento ajuda a retirar os indivíduos sem-abrigo do mercado laboral regular, negando-lhes uma identidade enquanto «trabalhadores», substituindo-a por uma enquanto «assistidos».

4 O EXEMPLO DA RELAÇÃO DE UM INDIVÍDUO SEM-ABRIGO COM O TRABALHO

Rui, hoje com 52 anos e a viver na rua há mais de 4 anos, teve uma entrada precoce no mercado de trabalho, aos 12 anos, no setor da construção civil. A construção civil será a área em que irá predominantemente trabalhar. Apesar de, em diferentes momentos, entrar e sair do mercado de trabalho por razões diversas, regressará várias vezes ao seu trabalho de “pedreiro e pintor de primeira categoria”, como tantas vezes refere. Este constitui uma fonte de rendimento importante em vários períodos, mas também um referencial de identificação significativo – ainda hoje, na rua, e sem trabalhar regularmente desde que aí chegou, a atividade profissional desempenhada é um fator fundamental na sua identidade.

Proveniente de uma família numerosa e pobre, Rui foi institucionalizado pouco depois de nascer. Só aos 12 anos conheceu a família, quando os pais o foram buscar à instituição, com o propósito explícito de colocar a ganhar dinheiro para lhes entregar. Foi obrigado a mendigar com essa finalidade durante algum tempo. Quando, chegado ao final do dia, não tinha obtido uma quantidade de dinheiro julgada suficiente pelos pais, as agressões físicas eram frequentes, perpetradas pelo pai. A entrada no mercado laboral durante a infância foi motivada pelo medo de agressão. Um dia em que não tinha ainda conseguido obter dinheiro, passando por um prédio em construção, decidiu entrar na obra e começar a trabalhar. O

desespero e o temor levaram a que nem sequer tenha procurado primeiro falar com um qualquer responsável de modo a obter emprego. Começou a trabalhar esperando que o ato fosse presenciado e que alguém decidisse pagar-lhe em função disso. Um dos responsáveis pela obra, assistindo ao que acontecia, aceitou empregá-lo. Rui, ainda não em idade ativa, foi forçado a mentir quanto à idade. Com 12 anos, iria auferir um rendimento mensal semelhante ao do pai. Ganhando mais dinheiro trabalhando do que mendigando, os pais aceitaram a situação – obrigando-o a entregar-lhes todo o salário.

Esta ligação ao mundo do trabalho, porém, durará somente um mês. Findo este período, uma queda de Rui num local de construção originou uma hospitalização devido a um traumatismo craniano. A polícia toma conhecimento do caso, tornando-se impossível manter a mentira quanto à idade. Quer os pais quer os responsáveis pela empresa negam qualquer conhecimento da situação ilegal de trabalho e nenhuma medida judicial é tomada. Rui perde o emprego, levando a que deixe de ser uma fonte e rendimento para a família, o que leva a que os pais o enviem novamente para a instituição onde vivera até aos 12 anos. Porém, apesar da forma dramática que assume este laço familiar, a importância simbólica da família para Rui em nada é diminuída.^{vii} Passado pouco tempo, Rui fugiu da instituição e regressou a casa dos pais, que decidiram aceitá-lo na residência familiar – obrigando-o, porém, a ir trabalhar com o pai, também no sector da construção civil.

Durante vários anos, o trabalho na área abundava e Rui, já adulto, conseguia ganhar dinheiro suficiente para ter alguma estabilidade económica. Contudo, no início do milénio, Rui teve uma crise epilética no trabalho, presenciada por outros operários da empresa para a qual trabalhava na altura. Durante as décadas em que trabalhou na construção civil, Rui sabia que era epilético mas conseguiu esconder a doença dos empregadores. Quando um ataque é presenciado, isto deixa de ser possível. Sendo conhecido como «epilético», deixa de poder desempenhar várias atividades profissionais (e.g., trabalhar em andaimes). A sua empregabilidade reduz-se.

O trabalho começa a escassear e o que ainda obtém é pior remunerado que anteriormente. De forma concomitante, o mercado da construção civil entra em crise, diminuindo bastante o trabalho disponível no setor. As dificuldades financeiras agravam-se progressivamente e decide emigrar em busca de trabalho. Passa cerca de 1 ano em Espanha, em trabalhos precários na construção civil e na agricultura. A situação vulnerável e precária que conhecia em Portugal não melhora com este movimento migratório, motivando uma segunda mudança de país, desta feita, para França, onde permanecerá cerca de 6 meses.

Através de um amigo que entretanto conhecera, que trabalhava numa empresa de construção civil, conseguirá obter um emprego, auferindo um salário mensal de cerca de 1800 euros – um montante muito superior ao que conseguiria receber em Portugal num emprego equivalente. Poupava todos os meses cerca de 1000 euros e a sua única despesa corrente eram cerca de 500 euros que pagava pela habitação e alimentação em casa da família do amigo que lhe arranjava o emprego. Rui sentiu-se feliz durante os primeiros meses, considerando ter ganho o respeito do empregador, que ficou bem impressionado com a iniciativa e a capacidade de trabalho por si demonstradas. Porém, retrospectivamente, julga que “estava a subir muito rápido na vida” dentro da empresa, o que, na sua opinião, motivou a inveja de alguns dos colegas, entre os quais o amigo com quem vivia. Quando o seu contrato de 6 meses se aproximava do fim, o patrão propôs-lhe uma renovação contratual, com uma subida do salário mensal para 2200 euros. Todavia, uma degradação drástica das relações que mantinha com a família com quem vivia levou a que não aceitasse renovar o contrato, dado que não considerava ter condições para continuar naquela cidade devido aos problemas que surgiram com os amigos, para mais, trabalhando com um deles. Passados pouco meses, após ter gasto o dinheiro que tinha poupado, regressou a Portugal.

A passagem por França foi a fase da sua vida em que conhece uma ligação mais segura com o mundo do trabalho, ainda que tenha durado apenas alguns meses. Foi lá que experienciou a melhor situação face ao

emprego que alguma vez conheceu. Sem dúvida, foi a melhor remunerada mas foi também aquela que Rui considera ter-lhe permitido trabalhar de uma forma que valoriza, em que lhe conferiam responsabilidade e liberdade de iniciativa; em que podia ser criativo e ser recompensado por isso, o que se traduziu na proposta de um novo contrato. Mais do que em qualquer outra ligação profissional que tenha experienciado, foi nesta que a dimensão de reconhecimento do laço com o mundo do trabalho foi mais sentida, o que, especialmente sendo a ligação laboral estável mais recente, se contrapõe à inempregabilidade que conhece na rua, um modo específico de negação não só de direitos sociais, laborais e de um salário, mas também da qualidade profissional que se autoatribui.

Apesar do percurso laboral irregular de Rui ter sido frequentemente marcado por períodos de afastamento do mercado de trabalho e de ter conhecido várias situações de precariedade laboral, a chegada à rua torna a sua relação com o mundo do trabalho bastante mais dramática, sendo, sobretudo, caracterizada por uma sempre presente negação de reconhecimento, de direitos e de dignidade, como o seguinte caso permite observar. Desde que chegou à rua, Rui obtém, esporadicamente, pequenos trabalhos temporários na construção civil. Num destes casos, foi contratado juntamente com um amigo para pintar uma casa. Após o trabalho finalizado, o indivíduo que os contratou recusou-se a pagar-lhe os 5,5 euros por hora que tinham sido estipulados no início, pois tinha descoberto que ele vivia na rua, pelo que considerava que, para um «sem-abrigo», 3 euros por hora de trabalho seriam aceitáveis. Como noutros momentos da sua vida na rua, Rui deparou-se com uma discriminação proveniente do facto de ser «sem-abrigo». Viver na rua traduziu-se numa desumanização parcial que levou o indivíduo empregador a usar duas medidas de remuneração distintas: uma para a sociedade domiciliada; outra para quem vive na rua. Rui sentiu-se indignado, tanto pela negação do dinheiro como pela negação de reconhecimento (da qualidade do trabalho e da humanidade) que lhe dava origem. Perante esta situação, o empregador-pagador-em-falta apenas lhe pagou a quantia inicialmente acordada depois

de Rui o agredir, o que em nada diminuiu a indignação causada pela situação – antes, aumentou-a, dado que sentiu que, enquanto «sem-abrigo», estava numa posição em que a violência física se tornava no único mecanismo ao seu dispor para fazer valer os seus direitos.

Um dos principais motivos da indignação que Rui sente é o facto de, vivendo na rua, a qualidade profissional que considera possuir não ser reconhecida pelos potenciais empregadores, quer quando lhe negam um emprego, quer quando, como o caso descrito demonstra, aceitam empregá-lo. Esta sua qualidade profissional percebida é estrutural e interaccionalmente secundarizada perante três fatores de redundância: a idade, o estado de saúde (epilepsia) e o rótulo de «sem-abrigo», que se conjugam para reduzir a sua empregabilidade.^{viii} Sobretudo, a identificação como «bom trabalhador» é anulada pela negação de reconhecimento que viver na rua comporta. O laço estável com o mundo do trabalho permanece desejado, é encarado como *conditio sine qua non* para uma saída da rua que dê estabilidade, e o emprego é procurado, ainda que seja elusivo – pelo menos, um emprego digno, onde Rui sinta que os seus direitos estão a ser respeitados; desde que vive na rua, teve mais de uma possibilidade de aceder ao emprego, tendo-as rejeitado a todas por nenhuma lhe garantir um total respeito pelos seus direitos (e.g., horas extraordinárias não remuneradas ou salários mensais inferiores ao que legalmente lhe deveria ser pago) nem lhe fornecer a estabilidade necessária para sair da rua (e.g., contratos de 6 meses, sem garantias de renovação, tornando provável que qualquer saída da rua por eles possibilitada fosse apenas temporária). A inempregabilidade pela redundância provém de uma falta de reconhecimento mas, de modo circular, contribui também para que este seja negado – não trabalhando não pode ser representado como «bom trabalhador», não sendo assim percebido não obtém emprego e, decorrente disto, perde-se a proteção que o laço pode garantir. Na rua, como foi referido, prevalece o ciclo vicioso que a lógica «*no home, no job; no job, no home*» transmite. Não ter habitação diminui drasticamente a possibilidade de aceder ao emprego e não ter emprego torna mais difícil obter e manter uma habitação.

5 CONCLUSÃO

Como o exemplo de Rui deixa claro, os indivíduos sem-abrigo que não trabalham no mercado laboral regular não o fazem porque são sistemicamente impedidos de o fazer. A dimensão laboral do fenómeno dos sem-abrigo demonstra claramente que vivemos hoje numa “sociedade de trabalhadores sem trabalho” (ARENDDT, 2001, p. 16). Para quem vive na rua, o trabalho permanece um mecanismo fundamental de criação de uma identidade positiva e uma relação desejada. Os constrangimentos quotidianos associados à sobrevivência em espaços públicos ou em instituições assistencialistas, tal como o rótulo de «sem-abrigo», dificultam imenso o estabelecimento e a manutenção de uma relação estável e digna com o mercado de trabalho regular. O tipo de trabalho mal remunerado, temporário, desqualificado e estatutariamente desvalorizado ao dispor de quem vive na rua não permite aos sujeitos sair da rua nem se apresenta como uma estratégia de sobrevivência quotidiana facilmente conciliável com a vida na rua. Conscientes disto pela sucessão de experiências práticas, alguns indivíduos sem-abrigo rejeitam efetivamente aceder ao tipo de trabalho que lhes é disponibilizado. Todavia, fazem-no não por corresponderem aos rótulos de «preguiça e amoralidade» com que a categoria «sem-abrigo» é frequentemente representada mas por saberem que não será através deste tipo de trabalho que conhecerão substanciais melhorias de bem-estar nas suas vidas – nem, provavelmente, sairão da rua.

A elevação moderna ocidental da actividade a valor supremo traduziu-se na absoluta centralidade narrativa e praxiológica do trabalho dentro deste modelo societal (ARENDDT, 2001). As acções humanas não definíveis como actividade foram, simetricamente, desvalorizadas, tornando-se o trabalho na única actividade socialmente valorizada acessível aos indivíduos pobres, com ou sem-abrigo. Graças a esta representação, o lugar dos sujeitos pobres no mundo tornou-se dependente da sua relação com o trabalho. No fenómeno dos sem-abrigo, esta posição normativa articula-se

com um conjunto de simplificações e falsas ideias sobre quem vive na rua, criando a percepção que estes indivíduos são pessoas fundamentalmente diferentes dos sujeitos das classes médias e elites, em grande medida, dado que quem tem casa trabalha para garantir a sua posição estrutural e, de modo simétrico, quem não tem casa não a tem por rejeitar voluntariamente o valor do trabalho – e logo, não merece habitação de modo incondicional. O texto defende que a empiria desmente esta rejeição do trabalho *de per se* pelos sujeitos sem-abrigo, indicando que o que alguns deles rejeitam é, pelo contrário, tornar-se coniventes com o reforço da sua posição estrutural dominada aceitando realizar o tipo de trabalho que lhes é disponibilizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEIA, J. **A barraca do Ru**: Os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2011.

ARENDT, H. **A condição humana**. Lisboa: Relógio D'Água, 2001 [ed. orig.: 1958].

BACQUÉ, M.-H.; SINTOMER, Y. Affiliations et désaffiliations en banlieue. Réflexions à partir des exemples de Saint-Denis et d'Aubervilliers. **Revue Française de Sociologie**, vol. 42, n. 2, pp. 217-249, 2001.

DAMON, J. **La question SDF**: critique d'une action publique. Paris: PUF, 2008 [ed. orig.: 2002].

GARNIER-MULLER, A. **Les «inutiles»**: survivre au quotidien en banlieue et dans la rue. Paris: L'Atelier & Éditions Ouvrières, 2000.

GOWAN, T. Excavating "Globalization" from Street Level: Homeless Men Recycle Their Pasts. In: BURAWOY, M. *et al.* **Global Ethnography**: Forces,

Connections and Imaginations in a Postmodern World. Berkeley, Los Angeles e London: University of California Press, pp. 74-105, 2000.

_____ **Hobos, Hustlers, and Backsliders:** Homeless in San Francisco. Minneapolis e London: University of Minnesota Press, 2010.

LEBLEUX, D. Les vicissitudes du terrain en institution. Le cas d'un foyer d'accueil pour personnes sans logement. In: GABORIAU, P.; TERROLLE, D. (orgs.). **Ethnologie des sans-logis:** étude d'une forme de domination sociale. Paris: L'Harmattan, pp. 147-179, 2009 [ed. orig.: 2002].

LIEBOW, E. **Tally's Corner:** A Study of Negro Streetcorner Men. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2003 [ed. orig.: 1967].

LYON-CALLO, V. **Inequality, Poverty, and Neoliberal Governance:** Activist Ethnography in the Homeless Sheltering Industry. Toronto: University of Toronto Press, 2008 [ed. orig.: 2004].

MEERT, H. *et al.* **The Changing Profiles of Homeless People:** Macro Social Context and Recent Trends. Brussels: FEANTSA, 2003.

MENEZES, F. L. **Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais:** o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres. Tese de Doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação. Lisboa: ISCTE, 2008.

MURDOCH, A. *et al.* **We are Human Too:** a Study of People Who Beg. London: Crisis, 1996 [ed. orig.: 1994].

PAIS, J. M. **Ganchos, Tachos e Biscates:** Jovens, Trabalho e Futuro. Porto: Âmbar, 2003 [ed. orig.: 2001].

PAUGAM, S. **A Desqualificação Social**: Ensaio sobre a nova pobreza. Porto: Porto Editora, 2003 [ed. orig.: 1991].

PICHON, P. Survivre la nuit et le jour. La preservation de soi face au circuit d'assistance. **Politix**, vol. 34, n. 9, pp. 164-179, 1996.

_____ Vivre sans domicile fixe: l'épreuve de l'habitat précaire. **Communications**, n. 73, pp. 11-29, 2002.

SNOW, D. A.; ANDERSON, L. **Down on Their Luck**: A Study of Homeless Street people. Berkeley: University of California Press, 1993.

THELEN, L. **L'exil de soi**: sans-abri d'ici et d'ailleurs. Bruxelles: Facultés universitaires Saint-Louis, 2006.

ⁱ Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Bolseiro de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia, com o acolhimento do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Contacto: alvesaldeia@gmail.com.

ⁱⁱ Sobre a história da construção dicotómica «bom pobre/mau pobre» com base na (in)aptidão dos indivíduos pobres para o trabalho, em Portugal, cf. Pinto (1999) e Relvas (2002).

ⁱⁱⁱ Todos os nomes de pessoas e locais presentes no texto foram alterados.

^{iv} A noção de «contra-afiliação» remete para um fenómeno de afiliação por mediação no qual os sujeitos que experienciam processos de desafiliação aos longo das suas trajectórias biográficas desenvolvem outras afiliações em espaços físico-interaccionais e com grupos sociais marcados pela precariedade. Numa leitura holística, estas contra-afiliações a esferas sociais alternativas ao Estado e ao mercado de trabalho regular funcionam como afiliações indirectas à sociedade, i.e., são formas de ligação dos sujeitos à sociedade de que não deixam de fazer parte, ainda que o façam de uma forma particular, marcada pela precariedade e vulnerabilidade (BACQUÉ e SINTOMER, 2001).

^v Todas as citações em língua que não o português foram por mim traduzidas.

^{vi} Em termos arendtianos, o que alguns indivíduos sem-abrigo rejeitam não é, em rigor, trabalho. Para Arendt (2001), o trabalho corresponde ao conjunto de atividades de criação de coisas duráveis e que se encontram para além daquilo que é necessário para a reprodução dos indivíduos e da espécie. Através destas atividades, o *homo faber*, artífice por excelência, procura conferir durabilidade a uma vida mortal e efémera. O trabalho contrapõe-se de modo fundamental ao labor, o conjunto de atividades realizadas pelo *animal laborans* visando garantir a manutenção e reprodução biológica dos seres humanos. O tipo de relação com o mercado de trabalho regular disponível a quem vive na rua, porém, não é de forma inegável labor dado que de per se não permite a estes sujeitos sobreviver materialmente. Este tipo de relação com o mercado de trabalho (em rigor, mercado laboral) regular apenas se torna labor em conjugação com todas as outras atividades pelas quais quem vive na rua garante a sua sobrevivência. Mas se o conjunto de todas as atividades desempenhadas pelos indivíduos sem-abrigo é labor, então, o trabalho, no seu sentido arendtiano, é-lhes estruturalmente vedado. Só a grande custo, graças a uma capacidade de acção efectivada num contexto de enormes constrangimentos, é possível a quem vive na rua desempenhar uma atividade de trabalho, como, por exemplo, a produção de objectos artísticos. Contudo, a escassez de recursos caracterizadora da vida na rua leva a que o desempenho de uma atividade caracterizável como trabalho dentro da matriz arendtiana seja realizada sob o risco permanente de diminuição das possibilidades de vida. Neste registo, os poucos recursos disponíveis são deslocados para o trabalho e não para o labor, podendo colocar em causa a sobrevivência. O simples tempo exigido para o desempenho do trabalho pode ser impeditivo da prossecução de outras estratégias de sobrevivência material, realizadas fora do mercado laboral regular (e.g., mendicidade) ou dentro dele (e.g., empregos temporários obtidos através do sector assistencialista).

^{vii} Como Portugal defende, a importância da família “é significativa mesmo quando os laços não são positivos” (2006, p. 493). Os laços familiares permanecem centrais para os sujeitos mesmo quando são caracterizados pelo conflito – e continuam a ser desejados pelos actores apesar das dimensões negativas que acarretam para as suas vidas.

^{viii} Sobre a redundância como factor explicativo do desemprego estrutural, cf. Bauman (2009a, 2009b), Castel (2009) e Sennett (2007).

RECEBIDO EM: junho/2014

APROVADO EM: julho/2014